



OS VÍCIOS DE PRONUNCIÇÃO: PRESCRIÇÕES À FAMÍLIA SENHORIAL SOBRE OS PERIGOS DE AFRICANIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1856-1858)

PRONUNCIATION ERRORS:
PRESCRIPTIONS TO THE LORDLY FAMILY ABOUT THE
DANGERS OF THE AFRICANIZATION OF THE
PORTUGUESE LANGUAGE (1856-1858)

Carlos de Lemos¹
Universidade Federal Fluminense

Resumo: A ameaça de africanização da língua portuguesa era fonte de constante preocupação para a elite senhorial letrada no decorrer do século XIX. Entre os anos de 1856-58, no jornal *Monitor Campista*, norte da província do Rio de Janeiro, um autor anônimo escreveu sobre dez tópicos dos vícios de pronúncia que colocavam em risco a integridade da língua Portuguesa. Baseados numa abordagem historiográfica que concebe o negro escravizado como agente social, nos estudos da história sociopolítica da língua portuguesa e na Análise dialógica do discurso, o nosso objetivo nesse artigo é problematizar os discursos da elite senhorial letrada sobre o português falado pelos negros escravizados. De uma perspectiva decolonial, em função da análise realizada, consideramos a colonialidade da linguagem como fator central na repressão às mudanças que os negros escravizados faziam da língua oficial.

Palavras-chave: Língua portuguesa; Discurso; Brasil imperial; Escravidão.

¹ carloseugenio@id.uff.br

Abstract: *The threat of Africanization of the Portuguese language was a source of constant concern for the literate lordly elite throughout the 19th century. Between the years 1856-58, in the newspaper Monitor Campista, north of the province of Rio de Janeiro, an anonymous author wrote about ten topics of pronunciation defects that put the integrity of the Portuguese language at risk. Based on a historiographical approach that conceives the enslaved black person as a social agent, on studies of the sociopolitical history of the Portuguese language and on Dialogical Discourse Analysis, our objective in this article is to problematize the discourses of the literate seigneurial elite about the Portuguese spoken by enslaved black people. From a decolonial perspective, based on the analysis carried out, we consider the colonality of language as a central factor in repression the changes that enslaved black people made to the official language.*

Keywords: *Portuguese language; Speech; Imperial Brazil; Slavery.*

INTRODUÇÃO

A história da implantação da língua portuguesa no Brasil foi um processo longo, autoritário e complexo, marcado pelas violências/apagamentos contra as línguas dos índios, dos negros africanos e pela interação das línguas desses grupos colonizados com a língua dos grupos dominantes (de colonizadores e colonos). Alguns pesquisadores destacam que, por diversas razões, diferente do que ocorreu em Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, esse contato linguístico não provocou a criouliização do português, isto é, o surgimento (com continuidade) de uma modalidade distinta da língua do colonizador e do colonizado, muito embora, “não se pode pensar seriamente que a língua portuguesa não foi diretamente afetada pelo contato do português com as línguas africanas de uma forma bem ampla e representativa.” (Lucchesi, Baxter, Ribeiro, 2009, p. 28).

Em razão da grande importância da população negra na formação sócio-histórica-cultural brasileira, consideramos as modificações que, para além das marcas lexicais, as línguas africanas exerceram sobre a língua portuguesa, resultando, posteriormente, no português brasileiro, “uma língua diferente do português europeu, decerto muito aparentada, mas já suficientemente distinta em seu próprio sistema sintático e, por conseguinte, semântico e discursivo”. (Bagno, 2016, p. 30). E, como propõe a historiadora, filósofa e ativista Lélia

Gonzales (1988), destacamos também a ressignificação do termo pejorativo “pretuguês” na emergência dessa variante “que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...]. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo” (Gonzales, 1988, p. 70).

Como veremos no desenvolvimento desta reflexão, os colonizadores/colonos executaram um perverso processo de desumanização e objetificação do outro, do índio e do negro, a partir da ideologia da racialização. Ela foi pautada na relação determinista entre raça, língua, conhecimento e humanidade, num discurso de superioridade do homem branco europeu em relação aos índios e negros. Podemos considerar que, desde o século XVI, na América portuguesa, a violência dos colonizadores em sua tentativa de silenciamento/apagamento da língua dos colonizados se inscreve no que a filósofa Gabriele Veronelli (2021), baseada na noção de colonialidade do poder, do sociólogo Aníbal Quijano (2005)², denomina colonialidade da linguagem, quer dizer:

É um aspecto do processo de desumanização das populações colonizadas-colonializadas através da racialização. O problema que a colonialidade da linguagem propõe é a relação entre raça/linguagem. Uma vez que a racialização é inseparável da apropriação e redução eurocêntricas do universo das populações colonizadas, a relação raça/linguagem é praticada dentro de uma filosofia, ideologia e política eurocêntricas que incluem uma política linguística. Desde seu interior, o imenso aparato epistêmico-ideológico da modernidade permite que a imaginação colonial pressuponha os colonizados como seres menos que-humanos, expressiva e linguisticamente (Veronelli, 2021, p. 91-92).

No ano de 1850, a Lei Euzébio de Queirós, a do fim do tráfico de escravos, foi um desses momentos emblemáticos em que a ideologia da racialização linguística esteve em evidência nos debates sobre as implicações da presença

².Para o autor, o eurocentrismo, enquanto uma espécie de racionalização específica, promoveu a classificação sociocultural do ser humano utilizando a raça como uma categoria de distinção, uma expressão da dominação colonial e que, ainda hoje, serve de referência para a distribuição do poder no mundo global.

maciça de negros no conjunto da população brasileira. Na boa sociedade de Campos dos Goytacazes, uma das mais ricas cidades do norte da Província do Rio de Janeiro, esse processo não foi diferente. Nos anos de 1856/1858, uma série de dez artigos intitulados “Vícios de pronúncia”, escritos por um autor anônimo, veiculados pelo Monitor Campista, periódico de posição favorável aos interesses da classe senhorial e da elite política³, reafirmava a ideia da supremacia do português de Camões, aos moldes do que ensinavam os mestres da gramática no Brasil e em Portugal.

O discurso, destinado às famílias senhoriais, apontava como erros as apropriações que os negros escravizados faziam da língua, prescrevia uma série de procedimentos contra aquilo que os empreendedores da norma linguística culta/oficial, a variante padrão, entendiam como os “barbarismos” de linguagem praticados pelos cativos e, mais especificamente, pelas mulheres negras escravizadas. Não raro, elas eram as responsáveis pelo trabalho pesado na criação das crianças dos seus proprietários, na mesma medida em que eram recriminadas:

Ora, só nesse tempo (que se chama) de barbaridade já se levava a tanto apuro a pronúncia dos meninos; como é que nós hoje, nos séculos das luzes (apagadas), vamos buscar PRETAS AFRICANAS TÃO BRUTAS (!!!) PARA SEREM AMAS DE NOSSOS FILHOS, quando elas mesmas não sabem dizer uma só palavra certa?! Amélia, os homens occupão-se da instrução de nossos filhos; mas é às mulheres que toca o cuidado da sua educação.⁴

Como uma prática ideológica de não reconhecimento da humanidade do negro para justificar a exploração colonial, o processo de racialização linguística também funcionou como um mecanismo de desqualificação da variação da

³ Trata-se de uma elite econômica que, no período em questão, também é a elite política local e regional, na medida em que ocupava ou era representada pelos seus aliados em cargos estratégicos na estrutura do Estado: vereadores, delegados, subdelegados, procuradores, juizes, fiscais, participante de corporações militares, etc..

⁴Para todas as citações dos documentos do século XIX, farei a indicação em nota de rodapé e manterei a grafia original. ADELAIDE (pseudônimo). Variedades - Educação de Amélia ou Cartas de Adelaide IV. Periódico dos Pobres, Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1850, n.83. Disponível in: <https://bndigital.bn.gov.br/> Consultado em 10 de out. 2023.

língua portuguesa. Na realidade, ao chegarem nessa nova terra, em difíceis condições, os negros escravizados foram submetidos à língua oficial dos colonizadores. Para Lucchesi e Baxter (2009), esse contato produzirá uma variação que, possivelmente, será repassada como referência de língua materna para as gerações seguintes, processo designado de transmissão linguística irregular:

As variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante as especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas (Lucchesi, Baxter, 2009, p. 101).

No desenvolvimento dessa nossa reflexão, tendo por parâmetro a nova historiografia da escravidão (Palermo, 2017; Secreto, 2016), entendemos os negros escravizados como sujeitos nos processos históricos. São homens e mulheres capazes de elaborar e reelaborar os significados de suas experiências sociais, de buscarem estratégias de sobrevivência, por mais que se deparassem com os limites estruturais de sua condição – que não eram poucos. Muito embora, os registros de suas falas nos cheguem a partir dos discursos discriminatórios do ideário da elite senhorial, é a partir desses fragmentos e da triangulação com outras fontes - bibliografia de época, relatórios oficiais, periódicos, anuários, relatos de viajantes e trabalhos de outros pesquisadores que inferimos sobre as lutas e resistências dos negros nas disputas linguísticas/simbólicas de então.

Em termos metodológicos, apoiados na análise dialógica do discurso, tendo como corpus alguns enunciados das sequências discursivas dos dez tópicos sobre os vícios de pronúncia, problematizamos as representações veiculadas pelos discursos da racialização linguística. Assim, caracterizamos a avaliação social/cultural que o periódico em questão, representante do ideário

letrado da classe senhorial⁵, fazia da língua falada pelos negros, da relação entre aquilo que a boa sociedade ilustrada entendia ser o falar correto e os vícios de pronúncia, a variante padrão, em oposição ao africanismo, a variante considerada de baixo valor social, resultante da apropriação que os negros faziam da língua oficial de então.

Para evitar os anacronismos, não podemos exigir que homens e mulheres do século XIX reflitam a partir de imagens, crenças, ideias e visões resultantes dos estudos linguísticos que passaram a vigorar e a fazer sentido décadas e/ou mesmo um século depois. No entanto, nada impede que analisemos como o discurso em defesa da norma padrão, sustentado por uma elite identificada com o modelo europeu de modernidade, funcionou dentro de uma estratégia em que, simultaneamente, promovia a racialização da língua dos negros escravizados e combatia a variação da língua. .

1 A DIMENSÃO DIALÓGICA DAS FONTES HISTÓRICAS

Os registros, indícios, vestígios que as sociedades humanas deixam no decorrer dos processos históricos são sempre frutos de relações dialógicas. Não há nada que escape da dimensão social dialógica da experiência humana. Se apanharmos como exemplo a língua viva, veremos que, segundo Bakhtin (1997), ela tem a propriedade de ser dialógica. E, em função da existência dessa propriedade, podemos problematizar sobre a presença da palavra dos outros (indivíduos, grupos e classes) naquilo que dizemos e vice-versa, seja em forma de concordância, discordância, conflito, negação, colaboração, etc.. Nesses termos, “a relação dialógica é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal” (Bakhtin, 1997, p. 345). Portanto, não se

⁵ Ideário no sentido de “reunião dos desejos, das aspirações, metas, objetivos e programas que fazer parte de uma ação, organização ou agremiação” . Disponível in: <https://www.dicio.com.br/ideario/> Consultado em 10 de out. 2023.

confundindo com a frase (uma unidade da língua sem destinatário), o enunciado é um elo no fluxo da comunicação verbal (com remetente e destinatário), se relacionando com enunciados anteriores e posteriores, entre o já dito e o devir – ou seja, a réplica de um diálogo sempre em curso:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge nesse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto. (Bakhtin, 2002, p. 86)

Imersos nas atividades humanas, como no caso do jornalismo impresso, a mediação entre os sujeitos é de natureza semiótica, considerando-se que a efetuação da língua depende dos enunciados, que são concretos, únicos e irrepetíveis. Para Bakhtin (1997, p.280), “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso”. Assim, para classificarmos um gênero do discurso, devemos levar em consideração alguns parâmetros, tais como: o seu conteúdo temático (composto pelo material verbal e extraverbal), plano composicional (estrutura formal em que se organiza) e estilo (a forma particular de escrever; léxico, composição das frases e escolhas gramaticais). Esses elementos estão interrelacionados e são condicionadas pelas particularidades de cada esfera de atividade das pessoas.

A permanência e a mudança são partes constitutivas da dinâmica da língua. Cada enunciação do sujeito pode ser atravessada por forças centrípetas (de centralização) e centrífugas (de pluralidade), isto é, “uma unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas da vida verbal” (Bakhtin, 1998, p.82). É importante também considerar que o autor de um enunciado percorre uma estrada duplicada em relação ao seu interlocutor: por um lado, vai em direção a um destinatário, a quem ele se dirige e espera uma compreensão

responsiva; do outro, ao destinatário superior (uma espécie de compreensividade ideal que norteia os falantes) – entendendo que esta última instância “adquire uma identidade concreta variável (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, a ciência, etc.)” (Bakhtin, 1997, p. 357).

Os periódicos oitocentistas são uma importante fonte histórica para a problematização das ideologias, na medida em que, na dimensão dialógica dos seus discursos, nos possibilitam o acesso a visões de mundo de diferentes grupos sociais. Para Bakhtin, “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*” (Bakhtin 1999, p. 32). Nesse caso, a ideologia é parte constitutiva da língua. Não é possível estar na língua e, ao mesmo tempo, estar fora da ideologia. Portanto, a ideologia é representada no signo, no enunciado, no discurso, de modo “que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único” ((Indursky, 1997, p. 20-21).

No periódico *Monitor Campista* circulavam diferentes gêneros textuais/discursivos como atas da Câmara municipal, atas da Assembleia provincial, cartas do leitor, folhetins românticos, notícias internacionais, comunicação, anúncios de fuga de negros escravizados, etc... Os artigos dos vícios de pronúncia foram publicados na seção de Comunicados, coluna aberta aos assinantes e leitores, de caráter mais argumentativo e de debates. As opiniões eram de responsabilidade do autor, podendo esse se manter anônimo – e, na maioria das vezes, se mantinha. Esperava-se que os enunciadores tivessem decência na redação e tratassem de assuntos importantes, então, que fossem locutores minimamente ilustrados, da boa sociedade, que privilegiassem temas como educação, política, ciência e civilização.

No caso aqui retratado, a partir do olhar da elite senhorial letrada, em que pese o seu monopólio da fala, podemos tentar, numa escala menor e, talvez, com

certa precisão, fazer inferências sobre as condições, sensibilidades e representações das demais classes sociais. No entanto, a nossa inferência é sobre os que têm o monopólio da fala, até porque, dentro de uma sociedade não letrada, o enquadramento do mundo nas páginas dos jornais segue um esquema ideológico. Esse itinerário, de certo modo, diz mais sobre quem fala (representantes da boa sociedade) do que, necessariamente, sobre quem é falado (os negros escravizados). E isso se dá a partir de uma série de gêneros de discurso que compõem o texto/discurso da imprensa (folhetins, atas do governo, anúncios de fuga de escravos, comunicados, etc.), do contrato entre o autor e os leitores do jornal – isto é, os interlocutores

2 O CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE NÃO LETRADA

Ao longo da década de cinquenta do século XIX, a cidade de Campos dos Goytacazes, grande produtora de açúcar e aguardente, esteve entre os cinco maiores orçamentos da Província do Rio De Janeiro. Para o ano de 1857, estava previsto um orçamento de vinte e um contos e novecentos e vinte e dois mil réis, o maior da província⁶. Era uma cidade com população de maioria negra, mas que, no discurso oficial, se apresentava como branca; de maioria sem instrução, mas que se orgulhava de ser civilizada aos moldes eurocêtricos; de maioria escravizada e pobre, mas se via como rica e luxuosa; se referendava como cristã, mas era uma sociedade que tratava os negros escravizados com requintes de crueldade (LE MOS, 2018).

Na ocasião, segundo o relatório do presidente de província de 1851, a cidade possuía uma população de 69.222 pessoas, dentre as quais 31.475 eram livres (45,46%) e 37.747 (54,54%) eram escravos. Dos livres, 19.328 eram brancos, 1.323 indígenas, 8.503 pardos, 2.319 pretos. Dos escravos, 3.949 eram pardos e

⁶Aprovação dos orçamentos das cidades na Sessão de 3 de Outubro de 1856. In: Monitor Campista em 21 out. 1856, ano XIX,. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

33.798 pretos.⁷ Importante destacar que do total da população, aproximadamente, 28% eram brancos, 18% pardos e 54% pretos. Esses dados estão próximos dos encontrados no mapa estatístico elaborado pelo escrivão da coletoria geral, o Sr. Francisco Xavier de Souza Nery, que chegou a um total de 73.669 almas a partir da contagem e análise de 6960 listas de família no ano de 1856.⁸

Pelo mapa de matriculados nas escolas públicas primárias em 1859, o município contava com onze professores em onze escolas públicas distribuídas por cinco de suas sete freguesias e um curato, recebendo meninos e meninas de seis a quinze anos, num total de quinhentos e sessenta e cinco alunos assistidos.⁹ No entanto, além de considerarmos esses dados sobrestimados para a frequência dos alunos matriculados, não estão especificadas a raça, cor das crianças e a alta taxa de evasão, considerando-se que as crianças e jovens pobres ajudavam os pais no trabalho. A legislação de 1837 proibia a presença de negros escravizados e forros na instrução pública, o que não significa que alguns não pudessem frequentar a escola pública, muito embora não tenhamos encontrado indícios como encontramos para as escolas particulares na região. Ao longo do século XIX, identificamos algumas fontes que apontam para o número reduzido de alunos concluintes do curso de primeiras letras e, como já foi dito antes, era grande o número de alunos evadidos.

⁷ Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, João Pereira Darrigue Faro. Província do Rio de Janeiro, 1851. Disponível in: <https://www.crl.edu/services/digital-services/digital-delivery> Consultado em 15 de out. 2023. Trata-se de um levantamento demográfico impreciso e incompleto, contudo, se mostra interessante porque essas representações pareceram razoáveis para os leitores.. Os dados podem variar, pois alguns números não estavam legíveis nos mapas, o que me levou a inferir sobre alguns deles. As nomenclaturas foram mantidas como se encontravam no mapa: brancos, indígenas, pardos e pretos.

⁸Monitor Campista, 19-06-1858, n.67, ano XXI, Notícias Diversas, página 2. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

⁹Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Ignacio Francisco Silveira da Motta. Província do Rio de Janeiro, 1859. Disponível in: <https://www.crl.edu/services/digital-services/digital-delivery>. Consultado em 15 de out. 2023. Os dados podem variar pois alguns números não estavam legíveis nos mapas, o que me levou a inferir sobre alguns deles.

3 OS VÍCIOS DA PRONÚNCIAÇÃO

Dividido em dez tópicos, o artigo “Vícios de pronúnciação” foi publicado no Monitor Campista ao longo dos anos de 1856 e de 1858, com interrupção em 1857. A primeira parte (I) saiu na edição de n. 43, do dia 15 de abril de 1856, e a última parte (X) saiu na edição de n. 83, de 31 de julho de 1858. Nas edições seguintes a desta última não apareceu mais a continuação. Assim, não foi possível descobrir o nome do verdadeiro autor, muito embora, na leitura dos textos, fique patente que se trata de um letrado local, com grande conhecimento de gramática nacional, podendo mesmo ser o redator do jornal. De qualquer modo, o fato de ser publicado, e pelo razoável tempo em que o foi, aponta para a posição do sujeito do discurso, o perfil dos interlocutores a quem estava destinado, a boa sociedade de leitores do jornal, quer dizer, os seus assinantes.

No primeiro tópico do artigo, o autor, se inscrevendo na cadeia enunciativa de um de seus mestres, abre com uma epígrafe do livro “Mentor da mocidade ou Cartas sobre educação”, de Manuel Borges Carneiro. Esse intelectual português havia sido um importante jurista, político liberal que se destacou na Revolução de 1820 e, mais tarde, em 1833, viria a morrer de cólera *morbus* na prisão, na Torre de São Julião Batista, onde escreveu esse livro destinado ao aperfeiçoamento moral (própria da cultura do coração) e intelectual (da cultura do entendimento) da juventude. Dentre as disciplinas que concorriam para esse aperfeiçoamento completo, o domínio da língua, na pronúncia e na escrita, tinha um papel fundamental:

A instrução deve antes de tudo compreender o perfeito conhecimento da língua nacional, que se contém na Grammatica; naquela nobre e engenhosa arte que nos ensina a exprimir por palavras os nossos pensamentos ou sentimentos, quer falando quer escrevendo. Chamo-lhe arte nobre, porque, (...) é o falar o que mais distingue o homem dos animais inferiores (Carneiro, 1844, p. 08).

Na toada desse raciocínio prescritivo, já no primeiro parágrafo, o autor saúda a Lei Eusébio de Queiroz (1850), a do fim do tráfico de escravos, como um ato político de bom senso, principalmente por levantar entre o Brasil e África uma barreira intransponível da qual dependia o progresso futuro da sociedade nacional. No que diz respeito às contribuições das três raças para a língua brasileira, ele acreditava ser o fim do tráfico de escravos uma boa oportunidade para afastar da pronúncia dos brasileiros os barbarismos e africanismos, elementos responsáveis por desnaturarem a linguagem ensinada pelos sublimes mestres de gramática do português. No entanto, dentro da onda romântica da época, ele não desmerece a linguagem dos primeiros habitantes, destaca o enriquecimento que os índios trouxeram para o idioma pátrio, sendo importante algumas de suas expressões figurarem no dicionário da língua vernácula. Por fim, o autor lista o que ele entende ser uma série de barbarismos gramaticais cometidos pelos negros ao se apropriarem da língua portuguesa¹⁰, problemas como:

a) O uso da concordância fora da norma: “Porém essa insofrível sintaxe de desconcordância – *os meninos fez*, em lugar de – *os meninos fizeram*”.

b) A troca ou supressão de letras: “Essas bárbaras antíteses – *farta* em vez de *falta*”; “Essas intoleráveis síncope – *caxa*, *caxero*, *caxão*, em vez de *caixa*, *caixeiro*, *caixão*, e- *paxão*, em vez de *paixão*”.

c) A supressão de um ou mais fonemas ao final de uma palavra: “Essas inadmissíveis apocopes *córrédó*, *jantá*, *dómi*, *cômê*, em vez de – *corredor*, *jantar*, *dormir*, *comer*”.

d) A emissão das palavras em desacordo com a sílaba tônica: “Essa dissonora prosódia – *pé d’aço*, *pécado*, *pé çonha*, *és pada*, *és peto*, *és cova*, *és tola*, em

¹⁰ Da letra A a I, fiz um breve resumo dos enunciados com as principais críticas feitas aos vícios de pronúncia dos negros escravizados/ Monitor Campista, 15 abr. 1856, p. 03, n. 43, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

vez de – pedaço, pecado, peçonha, espada, espeto, escova, estola – *eu u vi*, em vez de – eu o vi”.

e) A supressão de letras produzindo sons desagradáveis: “Essa ineufônica, ou antes, cacofônica comida de consoantes finais, principalmente quando essas consoantes finais se devem ligar com a vogal por que começa a palavra seguinte – *Manué Antônio, as rósa amarela, cantá áto*, em vez de – Manue-l Antônio, as rosas (z) amarelas, cantar-r alto”.

f) O uso inadequado dos tempos verbais: “Essa troca do conjuntivo pelo pretérito perfeito dos verbos – *jantemos, andemos, brinquemos*, em vez de – jantamos, andamos, brincamos”

g) A supressão do artigo ou da preposição, embaralhando a relação entre os termos de uma oração: “Essa insuportável supressão do artigo ou preposição – a – ou mesmo da letra – a – quando a palavra seguinte começa por essa vogal, pondo-se por isso em nominativo o que está em dativo ou em acusativo, principalmente quando a oração é regida pelo verbo *ir*, que no pretérito perfeito do indicativo se confunde com verbo auxiliar – *ser* – *dando a bomba*, em vez de – dando à bomba, – *dando os queixos*, em vez de – dando aos queixos (que significa estar a comer) – *dando a língua*, em vez de – dando à língua, – *eu fui a ponte*, em vez de – eu fui à ponte, – *não podia tingir a casa*, em vez de – não podia atingir a casa, etc.”.

h) A troca do objeto indireto pelo adjunto adverbial: “Essa insofrível troca de preposições, pondo-se isso em ablativo o que estava em acusativo – *foi na cidade, fomos na missa*, em vez de – foi à cidade, fomos à missa”.

i) Na inadequada colocação pronominal: “Essa inaudível deslocação dos pronomes – *me, te, se* –, que também não deixa de ser causa de bastantes calambures – *Jácabouse*, em vez de – já se acabou, – *disse-se-o*, em vez de – disseram-no”.

Ao finalizar a lista, o autor afirma que a extinção das línguas africanas levará consigo todos esses perigosos barbarismos. No entanto, persistirão alguns inofensivos erros provincianos e vícios de pronúncia. Para combatê-los, propõe algumas ações corretivas, dentre elas, eliminar a influência nefasta dos escravos domésticos sobre a educação das crianças:

Quem deve ensinar os filhos a falarem são os pais e, principalmente, as mães e as amas; mas os usos e costumes do país, ou antes, o cancro da escravatura, tem feito com que as escravas e os escravos infiltrem a sua pronúncia africana em a inocente e flexível língua de nossos filhos, porque desde que nascem lhes são quase que geralmente entregues. 'Se mandares educar vosso filho por um escravo, em vez de um escravo tereis dois: dizia um sábio escritor, tratando da educação e do ensino das crianças.¹¹

Seguidor das teses sustentadas pela frenologia, suposta ciência que relacionava o formato do crânio das pessoas ao seu caráter e à sua inteligência, na edição de n. 49, de 29 de abril de 1856, ele volta a acusar os africanos pelos defeitos de linguagem observados no dia a dia da pátria. Dessa vez, afirma que, despossuídos de um organismo apto para a emissão da voz, os negros demonstram pouco raciocínio por conta da disposição irregular dos seus crânios. Portanto, os meninos livres, filhos dos seus senhores, quando cuidados por eles, não diferentes dos papagaios, ao ouvirem os africanos falarem errado, também passavam a falar errado. Mas isso não chegaria ao ponto em que chegou se a maioria dos pedagogos também não falassem errado, se estivessem conscientes de que a língua brasileira não era a indígena e tampouco a africana, mas sim a nobre língua de Camões, descendente direta do latim.

Nesses termos, embalado pela crença na superioridade conferida aos homens pelo bem falar, nas edições de n. 50, 51 e 55 de 1856, fazendo referência ao método educacional inovador de Castilho¹² de ensino e aprendizagem, o autor

¹¹ Monitor Campista, 15 abr. 1856, p. 03, n. 43, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

¹² Trata-se do método do poeta e educador português António Feliciano de Castilho (1800-1875), bacharel em direito e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. O método de ensino-

enumera mais uma série de defeitos a serem evitados pelos alunos no ato da leitura, defeitos considerados indecentes, vergonhosos e vulgaríssimos. Por isso, sugere como um corretivo para esses defeitos a prática de ler em voz alta, tendo em vista que do falar apropriado dependem a felicidade do indivíduo e o bem da pátria:

É, como temos dito e demonstrado, por meio da leitura nas aulas de ensino primário, dirigida por hábeis e instruídos professores, que os vícios de pronúncia se corrigem. Destes exercícios resulta a boa leitura; da boa leitura resulta o bem falar; e do bem falar resulta o bem escrever; pois que, com quantos alguns homens falem mal e escrevam bem, contudo, são raros aqueles homens que, falando bem, escrevam mal; quase todos os que falam mal, pior escrevem, como já dissemos, isto é, escrevem como falam.¹³

Na edição de n. 145, 18 de dezembro de 1856, a eloquência é apontada como uma qualidade primordial para se obter sucesso na vida política, principalmente para quem ambiciona ser deputado¹⁴. Como não se trata de uma habilidade natural, requer treinamento nas áreas da retórica e da lógica, sendo o seu estudo dividido em teoria e prática: a eloquência oral e a eloquência de gabinete. A superioridade da primeira sobre a segunda é apresentada como indiscutível, pois um bom orador teórico não é necessariamente um bom orador prático e, por sua vez, um bom orador prático deverá ter um adequado domínio da teoria da eloquência. Essa teoria pode ser ensinada a qualquer um, até mesmo a uma pessoa muda, mas a eloquência oral, dependendo de um sistemático treinamento, “só pode ser exercida por quem tenha verbosidade no discurso, facilidade e perfeição na pronúncia”. De qualquer modo, isso não é um impeditivo para ingressar na vida pública.

aprendizagem desenvolvido pelo autor chegou em terras brasileiras sendo apresentado como uma proposta inovadora, moderna, racionalista para instrução de primeiras letras da população livre.

¹³Monitor Campista, 15 mai. 1856, p. 03, n. 55, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

O homem nasce, e o orador faz-se – que uma das principais qualidades indispensáveis ao orador é a boa pronúncia, e que, finalmente *per accidens*, observaremos que a única falta do hábito de orar em público não é razão suficiente para que deixem de ser eleitos deputados, cidadãos em que superabundem todos os mais predicados e talentos, do mérito e da virtude tão recomendados na Constituição Brasileira, ou em todas as constituições do mundo.¹⁵

Na edição de n. 38 de 1858, prometendo não fazer tantas referências a autores e aprofundamentos gramaticais, o autor aborda os chamados vícios de pronúncia pátrios, aqueles erros decorrentes da força dos modos de fala da terra em que uma pessoa nasceu. Para tanto, são citados diversos casos ocorridos em Portugal, como o da Província do Minho em que se fala: *coive*, em vez de couve; *soidades*, em vez de saudades; *cardo*, em vez de caldo; *aiagua*, em vez de água; *eu fez*, em vez de eu fiz; *ele trouve*, em vez de ele trouxe. E também na Província de Extremadura, inclusive entre as classes médias e baixas de Lisboa, pode-se ouvir muitos erros de pronúncia: *augua*, em vez de água; *mel réis*, em vez de mil réis; *cravalho*, em vez de carvalho; *carapinteiro*, em vez de carpinteiro; *cravão*, em vez de carvão; *lonha*, em vez de lenha; *manhen*, em vez de manhã; *mensa*, em vez de mesa; *lavandeira*, em vez de lavadeira; *saingue*, em vez de sangue; *sancristão*, em vez de sacristão.

E no caso do Brasil, existem vícios de pronúncia pátrios? Sim, principalmente entre as mulheres havia uma tendência ao adocicamento e ao alambicamento na hora de se exprimir. Em função disso, ainda que portadores dos melhores propósitos, os brasileiros cometem os seguintes erros:

Fazendo longas as sílabas que, de sua própria natureza ou pelo uso, são breves, e vice versa: pronunciando *mi*, em vez de me; *mé, té, sé, dé, lhé*, em vez de me, te, se, de, lhe; outras vezes *di*, em vez de, como, por exemplo, *mesa di pão* ou *mesa dé pão*, em vez de mesa de pão; *mi diga* ou *mé diga*, em vez de me diga ou diga-me; *péssoa, pécado, pénacho, péçonha*, em vez de pessoa, pecado, penacho, peçonha; *ós, dós*, em vez de os (us), dos (dus) como, por exemplo, *ós campos*, em vez de os campos, *dós dias*, em vez de dos dias; e também,

¹⁵Monitor Campista, 18 dez.1856, p. 03, n. 51, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

cárrinho, cáváo, bárril, sá páto, em vez de *carrinho, cavalo, barril, sapato*; enfim, quase sempre fazemos longa a primeira sílaba de todas as palavras que principiam por consoante, como por exemplo – *tómáte, dómingo, móvimento &c.*¹⁶

Então, somados a esses vícios de pronúncia desculpáveis do povo em geral, há os barbarismos da língua selvagem dos escravos que promovem trocadilhos e equívocos até obscenos, como no exemplo de *dando a língua*, em vez de *dando à língua*.¹⁷ E no caso dos artistas, quem se predispõe a atuar precisa de uma perfeita pronúncia, pois se estivesse num palco francês e falasse errado, certamente, não teria uma segunda chance. Mas, de todo modo, era preciso paciência porque, vivendo no Brasil, todos estavam bem distantes do grau de civilização atingido pelos franceses, havendo muito ainda o que aprender em termos de ilustração

4 OS NEGROS ESCRAVIZADOS NO DISCURSO DOS VÍCIOS DE PRONÚNCIA

No século XIX, o universo linguístico da vila de São Salvador/ cidade de Campos dos Goytacazes era bem heterogêneo, pois havia o encontro/desencontro dos falantes da língua portuguesa de Portugal, da portuguesa do Brasil, das línguas africanas, das línguas indígenas e das estrangeiras como o francês e o espanhol, acentuadas pelas diferenciações entre lugares, classes e contextos de interação. Nos enunciados do texto/discurso, percebemos a existência do multilinguismo e disputas linguísticas em curso como: a condenação do abasileiramento da língua portuguesa, o preconceito com as línguas africanas, a condescendência com as línguas indígenas, o fetiche pela gramática do português europeu e o falar correto em oposição à apropriação

¹⁶ Monitor Campista, 27 mai. 1858, p. 03, n. 58, ano XXI. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

¹⁷ Como se trata da pronúncia, de que modo identificar à crase numa pronúncia?.

livre que os mais pobres e escravos faziam da língua, construindo registros específicos do que escutavam e de como se comunicavam.

Note que o próprio estilo empolado, rigoroso, prolixo, cheio de referências do autor é um marcador de ostentação de sua distinção, típico do *ethos* do bacharel das letras. O seu discurso é pontudo pela dialogismo constitutivo (próprio de qualquer enunciado) e composicional (quando incorpora de modo aberto a palavra do outro). No caso desse último, o discurso alheio marcado se apresenta de modo direto e indireto em referência a destacados autores que, consideradas pelo locutor como autoridades ilustradas, trataram da educação na vida intelectual portuguesa e europeia em diferentes épocas, a saber: Manoel Borges Carneiro, Antônio Feliciano de Castilho, Voltaire, Pailaret e Morard.

“Intolerável, insuportável, inaudível, insofrível...” são as qualificações do autor para o discurso alheio marcado dos africanos em seu texto. Não é necessário grande esforço de imaginação para perceber a força centrípeta do discurso de unidade, regularidade e normatização da língua sustentada pelo autor, assim como a violência simbólica enfrentada pelos negros escravizados por conta do uso que faziam da língua oficial, considerado disruptivo, disperso, desestabilizado, de natureza centrífuga (Bakhtin, 1998).

Nesse caso específico da língua enquanto um espaço de disputa, as forças centrípetas emergem no diálogo com o objetivo de conservar o status quo da gramática do português de Portugal. Trata-se de um período em que a consolidação do Estado passava também pela “universalização” e uniformização (imposição) da língua portuguesa, cuja variante padrão deveria ser a referência. A proficiência em língua portuguesa era considerada um critério de distinção classista para exercício de cargos na carreira de Estado, numa época em que o acesso ao ensino público era restrito, e os negros escravizados proibidos de frequentarem a escola pela legislação.

De modo geral, como o projeto hegemônico se baseava no respeito à tradição do português de Portugal e em ter como uma segunda língua o francês,

era recorrente a existência de um discurso que criticava o abasileiramento da língua, principalmente a incorporação do “africanismo” ao vocabulário daqueles membros da boa sociedade que, mais do que qualquer um, deveriam servir de exemplo na arte do bem falar. Dentre esses homens letrados (o discurso é direcionado aos homens, não às mulheres), muito embora o destaque fosse para o grupo dos políticos, cujo poder dependia de uma correta oratória no plenário, a preocupação era com todos os bacharéis, filhos da boa sociedade, que faziam carreira nas letras:

Que ridículo papel não faria o deputado na assembleia, o juiz no tribunal, o advogado no fórum, o sacerdote no púlpito, o lente na academia, o general no exército, etc., se perante o seu auditório discorressem, ainda que racional e eloquentemente, mas como uma pronúncia tão viciosa como aquela que por aí ouvimos ao geral da mocidade e bastante dos seus pedagogos.¹⁸

Ao abrir o seu texto saudando a Lei Eusébio de Queiroz (1850) – de proibição do tráfico de escravos, em diferentes enunciados, respaldado pela imagem que faz do seu lugar social, o autor deixa transparecer (e/ou podemos inferir) certo horror aos efeitos provocados pelo convívio entre diferentes etnias para chegar ao seu tema principal: defender a importância da boa pronúncia da língua portuguesa dentro de uma ordem política em que cada classe social deveria ter consciência de seu lugar. De todo modo, ele acreditava que a paz estava a caminho, haja visto que, em função da lei aprovada, “todo esse estropiamento em fim dos pensamentos e das palavras deve começar a desaparecer com a extinção das línguas africanas, causa única e inevitável de todos esses barbarismos e solecismos.”¹⁹

O domínio da oratória e da norma culta no exercício do poder político era parte da imagem do fardo dos bacharéis, considerando-se a crença de que civilizar a população brasileira era uma missão histórica das elites (Alencastro,

¹⁸ Monitor Campista, 06 mai. 1856, p. 03, n. 51, ano XIX.. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

¹⁹ Monitor Campista, 15 abr. 1856, p. 03, n.43, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

1987). No entanto, para civilizar, se fazia necessário que essas mesmas elites ostentassem (de fato) uma imagem de domínio da variante padrão da língua que as diferenciavam do populacho. Para o autor, infelizmente, não era isso o que acontecia, considerando-se que as próprias famílias falavam “errado” e deixavam a educação de suas crianças a cargo dos escravos, assim como os profissionais das letras (pedagogos e mestres de primeiras letras), de modo inadmissível, também reproduziam os “vícios de pronúncia”. E o problema era muito sério, pois a transmissão linguística irregular estava se dando em duas frentes: no espaço sagrado da casa, coração da boa sociedade, a escrava desvirtuava a língua das crianças; e nas escolas, cérebro da boa sociedade, os professores mal formados, que tinham internalizado os vícios de pronúncia, faziam o mesmo.

Na estratégia de colonialidade da linguagem, um recurso de desqualificação dos modos de fala dos negros escravos era o de animalizar a sua dimensão cultural, linguística e esvaziá-los de sua humanidade, a partir dos discursos eurocêntricos de mensuração da frenologia e da craniologia, supostas práticas científicas que “pretendiam explicar diferenças étnicas e de gênero em termos de grau de inteligência; além de aptidão para atividades específicas, saúde física e mental” (Sá; Santos, Carvalho, Silva, 2008, p. 199). Então, esses discursos deterministas fisiológicos faziam circular representações dos negros equiparadas às dos bichos, com uma constituição orgânica e inteligência “cientificamente” inferiores às dos brancos europeus:

Dissemos que a causa dos imensos vícios de pronúncia era a péssima linguagem dos escravos africanos cujo organismo não se presta facilmente às emissões da voz e articulação da palavra em regra, e cuja fisiologia revela a falta de inteligência que a frenologia descobre na disposição exterior do seu crânio.²⁰

²⁰ Monitor Campista, 29 abr..1856, p. 03, n.49, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

A palavra do outro (cristão, patriarcal, escravista e racista) se apresenta como a referência/realização do padrão de humanidade nos enunciados dos discursos da Constituição, da igreja, do código civil, da Constituição de 1824, da literatura romântica, da maçonaria, das posturas municipais etc. em contraposição ao lugar de apagamento reservado ao negro nesses mesmos documentos. Como bem ressalta Fanon (2008), fora de casa o negro é obrigado a se confirmar como Ser diante do olhar do outro que o colocou fora dessa humanidade.

Na primeira metade do século XIX, nos anúncios sobre a fuga dos negros escravizados, os seus senhores costumavam caracterizá-los não somente em função dos traços físicos, mas também do uso que faziam da língua portuguesa: “fala um tanto embaraçada”, “não fala a língua do branco”, “fala atrapalhada”, “pouco sabe falar”, “não fala bem a língua” etc. Chamados de boçais por não dominarem o idioma oficial, esses negros viram as suas manifestações culturais se tornarem criminalizadas nos Códigos de Postura, tratadas como vozerias, ajuntamentos, obscenidades, indecências, imoralidade, palavrões, imundície e selvagerias. .

A circulação das representações de inferioridade civilizatória do negro no discurso servia para justificar toda espécie de exploração e atrocidades. Era uma ideologia perversa, pois ainda que se tentasse ensinar ao negro escravizado, ele jamais aprenderia. E não era apenas porque ele não queria aprender, mas pelo fato de que biológica e moralmente não estava habilitado para isso. Assim, incapazes de se comunicarem plenamente como os brancos, eles se encontravam num estágio sub-humano. De todo modo, os negros resistiam, dando provas recorrentes de sua não submissão à palavra expropriadora do outro sobre a sua pronúncia, resistência interpretada como disrupção da ordem vigente:

Roga-se à Autoridade competente, queira dar providências para que seja cumprida a Postura 42 da Câmara Municipal, visto que já não se pode aturar as vozerias, e obscenidades que praticão todos os dias as negras, negros e

moleques em as ruas desta Cidade, com particularidade as descomposturas de palavras indecentes que tanto ofendem a moral pública.²¹

Destacaremos que boa parte daquilo que o autor, representante de uma elite senhorial letrada, aponta nesse passado oitocentista como erros de pronúncia, derivados das supostas razões biológicas e cognitivas dos negros escravizados, foi incorporada à gramática do português brasileiro ou reconhecida como variações legítimas pelos estudos linguísticos posteriores (Faraco, 2016), sendo explicada também pelas especificidades/dinâmicas das línguas africanas em contato com o português de Portugal, com as línguas indígenas, como no exemplo do quimbundo, língua de muitos angolanos que foram escravizados:

Como se vê, o quimbundo, ao contrário das línguas indo-europeias, não usa terminações para marcar o plural, mas sim prefixos, partículas que são afixadas antes dos nomes. É possível, então, postular que os falantes de quimbundo, tendo de aprender português, identificaram nos artigos e outros determinantes dos nomes elementos semelhantes aos seus prefixos, de modo que não faziam a concordância dos nomes por meio de flexões. (Bagno, 2016, p.26).

Na perspectiva de uma memória do já dito que se faz presente em todos os discursos, o problema não decorria apenas da constituição biológica do negro escravizado, mas também da maldição de sua *pátria*, a África. Em *Memória sobre o comércio de escravos*, obra publicada em 1838, de um escritor anônimo, natural de Campos, mas que é atribuído ao escravocrata Sr. José Carneiro da Silva, o barão de Araruama, encontramos uma síntese do gênero “a escravidão é interpretada como um meio para ajudar o primitivo e sub-humano a se tornar civilizado” (Maldonado-Torres, 2020, p. 33). Nesses termos, a África é caracterizada como o pior dos mundos, e a experiência da escravidão um passo em direção ao progresso:

²¹ O Recopilador Campista, 02 ago. 1837, p. 03, n.253, v.VIII. Disponível in: <https://bndigital.bn.gov.br/> Consultado em 10 de out. 2023.

Todos sabem que a maior parte das nações africanas vivem em continuas guerras; que tratão seus prisioneiros com a ultima barbaridade, e que, finalmente , quando não podem , ou não tem meios de os vender passam todos ao fio da espada , e , para opprobrio da humanidade, em algumas partes os cortão no açougue como se fossem irracionais, e não se envergonhão de terem o infame e repugnante costume de comprarem e comerem a carne de seus semelhantes.. (Anônimo (Natural De Campos Dos Goytacazes, 1838, p. 05)

Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, período de crescimento dos engenhos de açúcar, entraram milhares de negros escravizados para as lavouras de cana da Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, quando ainda pertencia a Comarca do Espírito Santo. A maior parte era oriunda da África Central Atlântica, sendo em sua grande maioria negros angolanos, homens e adultos – grupos predominantes até a década de trinta do século XIX (Soares, 2010). Nos anos seguintes, misturados aos angolanos, registra-se também a presença recorrente dos moçambicanos. De todo modo, inferimos que parcela expressiva dos negros escravizados na região se expressassem nas línguas bantos:

As línguas bantas da área atlântica mais destacadas ao longo desses ciclos no território do país que hoje se chama Brasil foram, devido a fatores como época de aporte, número de falantes e amplitude geográfica (...): o umbundo, falado pelos povos ovimbundos (sul de Angola); o quimbundo, língua dos ambundos (centro de Angola); e o quicongo, usada pelos bacongos (norte de Angola, República do Congo e República Democrática do Congo) (Simões, 2019, p. 62).

No norte da Província do Rio de Janeiro, fosse no espaço urbano ou rural, os negros escravizados não estavam distribuídos em grandes plantéis de centenas de cativos. O açúcar e a aguardente eram produzidos em pequenas e médias propriedades, nas quais as famílias trabalhavam ao lado de um número pequeno de escravos – o que, provavelmente, facilitava o contato linguístico (LEMOS, 2018). Para os anos de 1854 a 1857, período em que os artigos dos vícios

de pronúncia circularam na região, Faria (1986) encontrou número similar de negros escravizados por unidades produtivas (de 3 a 29).

Observamos, então, que a colonialidade da linguagem é uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que desumanizava os negros nas representações do movimento centrípeto de padronização da língua, concorria para a desumanização dos escravocratas brancos que possuíam o monopólio da fala nessa relação, visto que a “colonização se esmera em descivilizar o colonizador, em embrutecê-lo, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos” (Césaire, 1978, p. 17).

O negro imprimiu as suas marcas identitárias à língua portuguesa e, apesar dos apagamentos e silenciamentos a que estiveram (e ainda estão) sujeitos, as suas apropriações/adaptações foram capazes de alterar a língua viva em várias dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história do Brasil, por mais de trezentos anos, os negros estiveram sujeitos a um sistemático genocídio: assassinados nos tumbeiros, nas rebeliões, nos quilombos, de fome, de doenças, no tronco, no campo de trabalho, em diferentes lugares e situações de violência étnico-racial. A sua importância na formação sócio-histórica-cultural do país ainda não recebeu o devido reconhecimento, considerando-se que durante certo tempo a narrativa sobre quem somos foi escrita a partir da perspectiva do homem branco/ilustrado, como no exemplo do discurso dos vícios de pronúncia e o seu não reconhecimento da humanidade/cultura do negro.

O preconceito linguístico não ficou no passado, ainda hoje nos deparamos com discursos que insistem em discriminar aqueles modos de fala e de escrita que se afastam da variante padrão da língua, a norma popular de “baixo valor social”, sustentada pelos pobres-pretos- periféricos, muito embora as suas

construções linguísticas estejam espalhadas nos modos de fala de diversos segmentos sociais – mesmo entre os acadêmicos. De certo modo, ainda podemos escutar o eco das vozes oitocentistas em defesa da unidade da língua oficial do país, diante da suposta ameaça representada pelas apropriações da “língua de Camões” feitas pelos escravizados do passado e atualizada pelo medo das línguas das periferias no presente.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O fardo dos bacharéis. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n 19, 1987.

ANÔNIMO (NATURAL DOS CAMPOS DOS GOYTACAZES), *Memória sobre o comércio de escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico é para eles antes um bem do que um mal*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1838.

BAGNO, Marcos. O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro. *Cadernos de Literatura em Tradução*, São Paulo, n. 16, p. 19-32, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. [Volochinov]. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARNEIRO, Manuel Borges. *Mentor da juventude ou Cartas sobre a educação*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LEMONS, C. E. S. *Vivendo em tempos de tirania: a vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, tão perto do Rio de Janeiro, tão longe do Espírito Santo (1808-1832)*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2018.

LUCCHESI, Dante; BAXTER Alan; RIBEIRO Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (orgs.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. BH: Editora Autêntica, 2020.

PALERMO, L. C. Disputas no campo da historiografia brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. *Dimensões, Vitória*, v. 39, jul.-dez. 2017, p. 324-347.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. SP: Cia das Letras, 2022.

SÁ, G. J. S; SANTOS, R. V.; CARVALHO, C. ; SILVA, E.C. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro v.15, n.1, p.197-208, jan.-mar. 2008

SECRETO, M.V. Novas perspectivas na história da escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 22 n. 41. p.442-450, set-dez.,2016

SIMÕES, D.S. O quimbundo nas Américas: tecendo um fio diaspórico da presença das línguas africanas no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto/MG, 2019.

SOARES, Márcio. Presença africana e arranjos matrimoniais entre os escravos em Campos dos Goitacazes (1790-1831). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010. Editora UFPR.

VERONELLI, Gabriella. Sobre a colonialidade da linguagem. *Revista X*, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 01 de novembro de 2023.

Aprovado em sistema duplo cego em: 09 de dezembro de 2024.